

O CAMPO CIENTÍFICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL: territorialização, tendências temáticas e padrões de publicação

THE SCIENTIFIC FIELD OF COOPERATIVISM IN BRAZIL: Territorialization, Thematic Trends, and Publication Patterns

Rubens Staloch¹

<https://orcid.org/0000-0001-9395-3422>

Mário Prokopiuk²

<https://orcid.org/0000-0002-7346-1938>

Schirlei Mari Freder³

<https://orcid.org/0000-0003-4896-4960>

RESUMO

O artigo analisa o panorama recente da produção científica sobre cooperativismo no Brasil a partir de uma abordagem bibliométrica multiescalar. Como contribuição metodológica, o estudo introduz um modelo integrado de análise bibliométrica e territorial, inédito no campo, que permite relacionar a distribuição espacial do cooperativismo com os padrões de publicação e as tendências temáticas da pesquisa brasileira. Os resultados revelam que a produção científica apresentada no 8º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC) permanece fortemente concentrada nos ramos de crédito e agropecuário, estruturando-se em três eixos centrais: (i) gestão e governança; (ii) desenvolvimento territorial; e (iii) temáticas sociais emergentes, como gênero. Paralelamente, identificam-se lacunas relevantes em áreas como ESG, ODS, inovação e participação digital, ainda pouco representadas tanto na produção indexada quanto nos anais do evento. A análise das afiliações institucionais evidencia padrões de territorialização da pesquisa, com universidades das regiões Sul e Sudeste concentrando estudos sobre governança, desempenho e gestão; instituições do Nordeste destacando-se em pesquisas sobre agricultura familiar, inclusão e economia solidária; e universidades do Norte contribuindo com temas relacionados à Amazônia e aos recursos naturais. Conclui-se que a produção científica em cooperativismo combina permanências estruturais com oportunidades de expansão, refletindo simultaneamente as agendas emergentes e as especificidades territoriais dos sistemas cooperativos.

Palavras-chave: Cooperativismo; produção científica; territorialização da pesquisa.

Artigo submetido em 07/12/2025 e aceito para publicação em 22/05/2026.

¹Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), rsstaloch@gmail.com.

²Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), mario.p@pucpr.br.

³Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), schirlei.freder1@gmail.com.



ABSTRACT

The article analyzes the recent landscape of scientific production on cooperativism in Brazil through a multiscale bibliometric approach. As a methodological contribution, the study introduces an integrated model of bibliometric and territorial analysis, unprecedented in the field, which enables the articulation between the spatial distribution of cooperativism and publication patterns, as well as thematic trends in Brazilian research. The results reveal that the scientific output presented at the 8th Brazilian Meeting of Researchers in Cooperativism (EBPC) remains strongly concentrated in the credit and agricultural sectors, structured around three central axes: (i) management and governance; (ii) territorial development; and (iii) emerging social themes, such as gender. In parallel, significant gaps are identified in areas such as ESG, SDGs, innovation, and digital participation, which are still underrepresented both in indexed production and in the event proceedings. The analysis of institutional affiliations highlights territorial patterns in research, with universities in the South and Southeast regions concentrating studies on governance, performance, and management; institutions in the Northeast standing out in research on family farming, inclusion, and the solidarity economy; and universities in the North contributing with themes related to the Amazon and natural resources. The study concludes that scientific production on cooperativism combines structural continuities with opportunities for expansion, simultaneously reflecting emerging agendas and the territorial specificities of cooperative systems.

Keywords: *Cooperativism; scientific production; territorialization of research.*

1 INTRODUÇÃO

A compreensão das transformações sociais e organizacionais ao longo do tempo tem mobilizado distintos campos do conhecimento. Autores como Santos (1977; 1978) e Elias (1994) destacam que as sociedades se estruturam a partir de dinâmicas históricas, técnicas e institucionais que moldam seus modos de organização. Nesse contexto, o cooperativismo configura-se como um fenômeno complexo, interdisciplinar e historicamente situado, cuja análise exige atenção às suas práticas, princípios e efeitos socioeconômicos.

Nas últimas décadas, observa-se um crescente interesse acadêmico em investigar o cooperativismo como campo de produção científica capaz de revelar dinâmicas de governança, desenvolvimento territorial, participação, sustentabilidade, inovação e inclusão. Essa ampliação temática se reflete em estudos que vão desde abordagens clássicas, como organização do trabalho, agricultura familiar e economia solidária, até agendas emergentes como governança cooperativa, transformação digital, finanças solidárias, indicadores socioambientais, ESG, ODS e gênero. Diante desse processo de diversificação, torna-se pertinente mapear e interpretar o panorama contemporâneo da pesquisa sobre cooperativismo no Brasil, articulando



sua evolução histórica às tendências recentes observadas no 8º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC).

Este estudo tem como objetivo caracterizar a produção científica recente sobre cooperativismo a partir de bases de dados selecionadas, identificando padrões, enfoques predominantes, temas emergentes e lacunas de pesquisa. Diferencia-se das análises bibliométricas tradicionais ao propor duas contribuições principais: (i) a integração entre bibliometria, análise temática e territorialização da produção científica, evidenciando como contextos socioprodutivos regionais moldam agendas acadêmicas; e (ii) a comparação sistemática entre uma base indexada e os anais do 8º EBPC, permitindo identificar convergências e discrepâncias na construção do conhecimento.

Parte-se da hipótese de que a produção científica brasileira sobre cooperativismo apresenta forte territorialização temática e institucional, refletindo as especificidades socioeconômicas dos sistemas cooperativos regionais e concentrando-se em agendas tradicionais, como governança e desenvolvimento territorial, enquanto temas emergentes, como ESG, ODS e participação digital, permanecem sub-representados. Com isso, amplia-se o escopo analítico da bibliometria aplicada ao cooperativismo, compreendendo a produção científica como expressão territorializada das comunidades epistêmicas e apontando caminhos para o aprofundamento do campo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: BREVES NOTAS SOBRE O TERRITÓRIO E O COOPERATIVISMO

O desenvolvimento das sociedades pode ser compreendido a partir das relações constituídas no espaço-tempo e influenciadas por fatores econômicos, políticos e institucionais. Elias (1994) argumenta que a sociedade resulta da atuação conjunta de indivíduos, perspectiva alinhada ao processo de formação socioespacial proposto por Santos (1977; 1978) e à Teoria da Agência de Sztompka (2005), que destaca a necessidade de união dos agentes para a efetivação de mudanças sociais. O desenvolvimento dos territórios está intrinsecamente relacionado ao espaço transformado pela ação humana, uma vez que “modo de produção, formação social, espaço [...] são interdependentes” (Santos, 1977, p. 86). Assim, a compreensão do



espaço é inseparável das relações que nele ocorrem (Santos, 1978), constituindo territorialidades.

As territorialidades, conforme Sack (2011 [1986]), derivam das ações humanas e das tentativas de controle ou influência em diferentes escalas, modificando-se conforme as relações sociais. Haesbaert (2006; 2007) complementa ao explicar que as interações no espaço-tempo conduzem a processos contínuos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). Nesse contexto mais amplo de transformação social e territorial, surgem organizações institucionais como as cooperativas. A cooperação, presente desde a antiguidade, consolida-se em estruturas formais a partir do século XVII, com o objetivo de organizar pessoas em torno de interesses comuns e melhorar suas condições de vida (Magri et al., 2010). O cooperativismo moderno tem origem em 1844, em Rochdale, com os 28 tecelões que fundaram uma cooperativa de consumo, e foi ampliado por iniciativas como as de Herman Schulze, que criou as cooperativas urbanas alemãs (Pinheiro, 2007).

No Brasil, formas cooperativas antecedem o período colonial, mas o cooperativismo formal ganhou força no século XIX com a chegada de imigrantes europeus (Magri et al., 2010). As primeiras cooperativas brasileiras surgiram para apoiar a pequena produção, o crédito mútuo e a agricultura (Meinen, 2023). O marco regulatório inicial foi o Decreto 22.239/1932, seguido pela Lei 5.764/71, que oficializou a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como órgão representativo (Meinen, 2023). A partir da perspectiva de Elias (1994), entende-se que o desenvolvimento social está vinculado às práticas cooperativas, expressas em seus sete princípios fundamentais: adesão livre, gestão democrática, participação econômica, autonomia, educação, intercooperação e interesse pela comunidade.

A literatura mostra, porém, que tais princípios são incorporados de forma desigual: a intercooperação tende a ser regulamentada estruturalmente, enquanto o interesse pela comunidade recebe tratamento superficial. Estudos de Von Der Osten et al. (2024) revelam que dirigentes e colaboradores possuem compreensão limitada dos princípios e carecem de instrumentos para aplicá-los. Embora sua adoção possa fortalecer identidade organizacional, capital social e desempenho (Guzmán et al., 2020), esse potencial depende de institucionalização no planejamento, nos indicadores e na cultura organizacional (Beaubien; Rixon, 2014). O sétimo princípio é



o menos compreendido e aplicado, em razão da ausência de métricas e de confusões com a Responsabilidade Social Corporativa (Von Der Osten et al., 2024).

Mesmo com limitações legais, a gestão cooperativa avançou nas últimas décadas, especialmente em governança, por meio do fortalecimento do Conselho de Administração, da vigilância mútua e da participação dos dirigentes (Fontes Filho, 2009). Meinen (2023) sistematiza a governança cooperativa em quatro dimensões, representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva e fiscalização, alinhando-a ao modelo do Banco Central que busca um ambiente de governança sólido e adequado às especificidades cooperativas. O cooperativismo também dialoga com a teoria do capital social de Bourdieu (1985) e Putnam (1993; 1996), segundo a qual confiança, normas e redes favorecem ações coordenadas.

No campo do desenvolvimento regional, Sen (1999) reforça o papel das ações locais e Meinen (2023) caracteriza as cooperativas como redes de proteção econômica, financeira, social e ambiental que sustentam seus territórios. Autores como Abramovay (2008), Gonzalez e Moser (2015), Pauli e Rosenfield (2017) e Moraes, Búrigo e Cazella (2021) evidenciam as múltiplas dimensões do cooperativismo, destacando sua capacidade de inovação, dinamização econômica e fortalecimento territorial.

Nesse sentido, ao considerar que a produção científica reflete dinâmicas sociais, institucionais e territoriais, o cooperativismo pode ser compreendido também como um campo de construção e circulação de conhecimento. As agendas de pesquisa, a concentração temática e a distribuição institucional observadas no país configuram comunidades epistêmicas que expressam modos específicos de organizar e legitimar saberes. Essa perspectiva aproxima o estudo do debate da Ciência da Informação, na medida em que evidencia como práticas, redes e contextos socioterritoriais moldam os fluxos de informação e a configuração da pesquisa em escala nacional.

3 METODOLOGIA

O princípio da bibliometria consiste em analisar a atividade científica ou técnica pelos estudos quantitativos das publicações, cujo objetivo contrasta com um método



flexível para avaliar a tipologia, a quantidade e a qualidade das fontes de informação citadas em pesquisas e o produto da análise bibliométrica são os indicadores científicos dessa produção (Silva et al., 2011), considerando critérios claros adotados no processo de configuração da pesquisa bibliométrica (Rizzi et al., 2018).

Para atingir o objetivo central deste trabalho de levantar o panorama das temáticas abordadas nas publicações sobre cooperativismo, foi realizada análise comparativa de estudo bibliométrico desenvolvido por Staloch et al. (2025) com o complemento de análise bibliométrica dos artigos publicados no 8º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC) realizado em outubro de 2025, compreendendo este como um relevante evento sobre a temática do cooperativismo no Brasil.

A seleção das fontes analisadas considerou sua relevância institucional e acadêmica no campo do cooperativismo brasileiro. A Revista de Gestão e Organizações Cooperativas (RGC) foi escolhida por constituir um dos principais periódicos especializados na temática no país, reunindo produção científica consolidada e indexada. O banco de teses e dissertações do PPGCOOP/PUCPR foi selecionado em razão de sua especificidade temática e contribuição para a formação de pesquisadores na área. Já os anais do 8º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC) foram incorporados por representarem um espaço nacional de circulação de agendas emergentes e debates contemporâneos ainda em processo de consolidação nas publicações indexadas.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva em relação aos objetivos, pois visa descrever as temáticas abordadas nos artigos publicados através de análise de conteúdo, e quantitativa quanto ao tratamento dos dados tabulados, utilizando o Pacote *Office (Microsoft Excel)* para organização e análise dos dados. Ainda, utilizou-se do programa QGIS para produção de mapas da distribuição do cooperativismo no Brasil por faixa populacional (Figura 1), por ramos de cooperativas por municípios (Figura 2) e, das instituições de pesquisa mapeadas no 8º EBPC e ramos de cooperativismo nos municípios (Figura 3).

A Fase 1 da pesquisa consistiu em compilar os dados já publicados por Staloch et al. (2025) quando analisaram de forma bibliométrica, distribuídos na Revista de Gestão e Organizações Cooperativas (RGC), analisando 252 documentos publicados



entre 2014 e 2023, e o banco de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas e Organizações Complexas e Plurais (PPGCOOP) da PUCPR, examinando 93 documentos produzidos entre 2016 e 2023.

Na Fase 2, foi realizada análise bibliométrica a partir dos artigos publicados nos anais do 8º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC), realizado em outubro de 2025, e foram disponibilizados os trabalhos completos aprovados e apresentados em novembro de 2025. Para a categorização dos trabalhos, foram estabelecidas 28 temáticas abrangentes, mantendo as mesmas já utilizadas por Staloch et al. (2025), abrangendo desde princípios do cooperativismo e valor adicionado até produtos e soluções financeiras, e contemplando também temas contemporâneos como ESG e ODS.

A categorização temática dos artigos baseou-se em análise de conteúdo temática, considerando os objetivos, palavras-chave, resumo e discussão central de cada trabalho. As 28 categorias foram definidas a partir de agrupamentos semânticos e conceituais identificados previamente em Staloch et al. (2025), sendo posteriormente refinadas para contemplar temas emergentes observados no 8º EBPC, como ESG, ODS, gênero e participação digital. Quando um artigo abordava múltiplas dimensões, adotou-se como critério a identificação da temática predominante, definida pelo foco analítico principal do estudo.

A Fase 3 concentrou-se na compilação, tabulação e apresentação visual dos resultados através de gráficos, quadros e mapas temáticos, permitindo uma análise territorial das tendências e padrões encontrados na produção acadêmica sobre cooperativismo. A elaboração do mapa temático (Figura 3) baseou-se em seis etapas metodológicas, integrados em ambiente SIG (QGIS), combinando informações espaciais do IBGE, dados do cooperativismo (OCB e Banco Central) e afiliações institucionais dos autores do EBPC, permitindo a elaboração de mapas temáticos e a análise territorial das agendas de pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

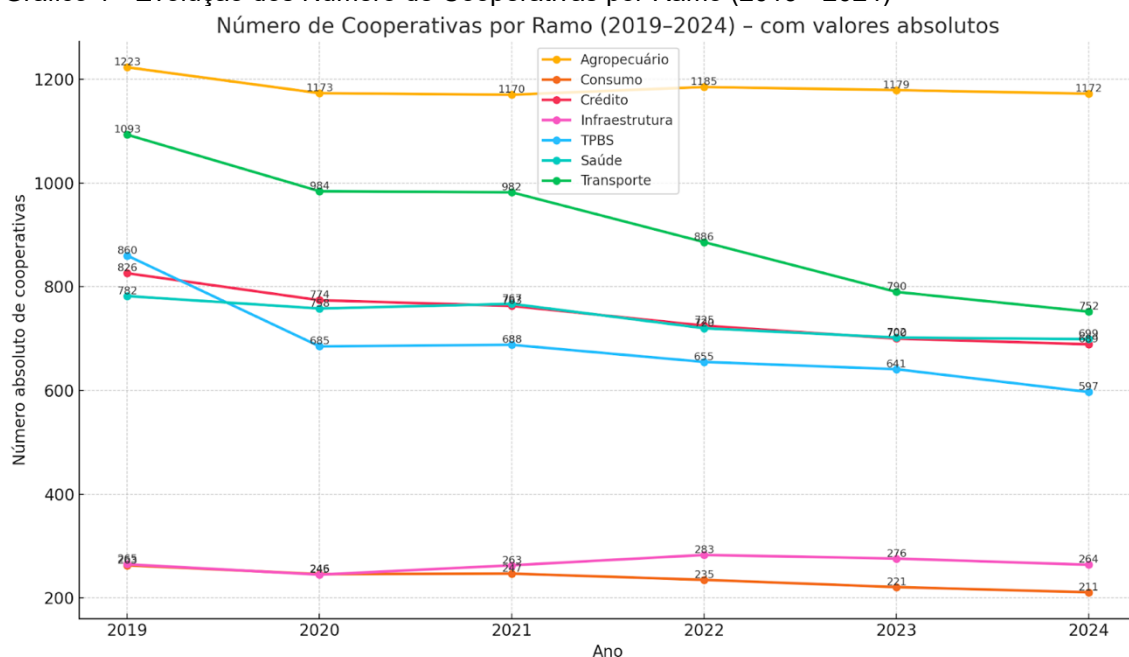
A evolução do número de cooperativas por ramo, entre 2019 e 2024, revela padrões diferenciados de consolidação no sistema cooperativista brasileiro. O ramo



agropecuário mantém estabilidade acima de 1.170 cooperativas, reafirmando sua centralidade histórica. O ramo de crédito, apesar da redução gradual no total de organizações, preserva relevância estratégica devido ao alto grau de institucionalização. Em contraste, os ramos de transporte e de trabalho, produção de bens e serviços apresentam as quedas mais acentuadas, indicando maior vulnerabilidade às mudanças econômicas recentes. Os demais ramos exibem oscilações moderadas, configurando um cenário em que a estabilidade dos setores tradicionais convive com a reestruturação de segmentos mais sensíveis. (Gráfico 1)⁴.

A análise da distribuição das cooperativas segundo o porte populacional dos municípios revela que a presença cooperativa no Brasil não se concentra prioritariamente nos grandes centros urbanos, mas se espalha de forma mais densa sobre municípios pequenos e médios, sobretudo, verifica-se que 64% estão em municípios de até 100.000 habitantes.

Gráfico 1 - Evolução dos Número de Cooperativas por Ramo (2019 - 2024)



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados disponibilizados pela OCB (2025).

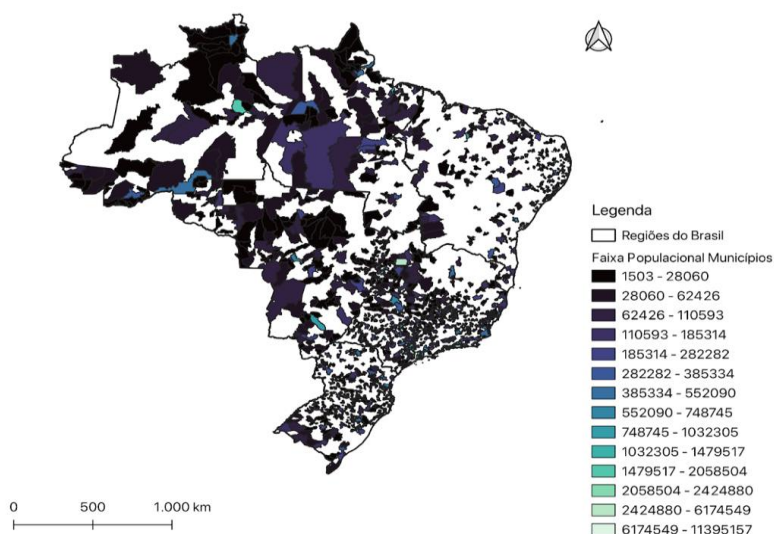
⁴ Na referida pesquisa não foram analisados dados do ramo seguro, pois, ele foi constituído em 2025 por meio da Lei 213/2025, não existindo dados históricos até o momento da publicação deste trabalho.



Destaque para o fato de que 51% das cooperativas estão em pequenos municípios com até 60 mil habitantes (Figura 1). Por outro lado, municípios de grande porte, especialmente nas faixas superiores a 500 mil habitantes, apresentam menor densidade relativa de cooperativas, o que se traduz em predominância pontual de ramos de trabalho/serviços e de saúde, mais característicos de economias urbanas.

A predominância cooperativa em municípios pequenos e médios dialoga com a concepção de formação socioespacial de Santos (1977; 1978), segundo a qual o espaço é continuamente produzido pela interação entre objetos e ações. Nesse sentido, a forte presença de cooperativas em territórios de menor densidade urbana evidencia como os arranjos organizacionais coletivos se consolidam a partir das necessidades socioeconômicas locais, moldando e sendo moldados pelo espaço.

Figura 1 - Distribuição do Cooperativismo no Brasil - por Faixa Populacional (2024)



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados disponibilizados pela OCB.

A distribuição espacial evidencia uma forte associação entre a organização cooperativa e as estruturas produtivas regionais (Figura 2). O mapa representado na Figura 2 mostra que o ramo agropecuário predomina amplamente nas regiões Sul, Centro-Oeste e partes do Sudeste, áreas historicamente vinculadas ao agronegócio e à agricultura familiar organizada, o que confirma a centralidade do cooperativismo rural na formação socioeconômica desses territórios. O ramo crédito apresenta



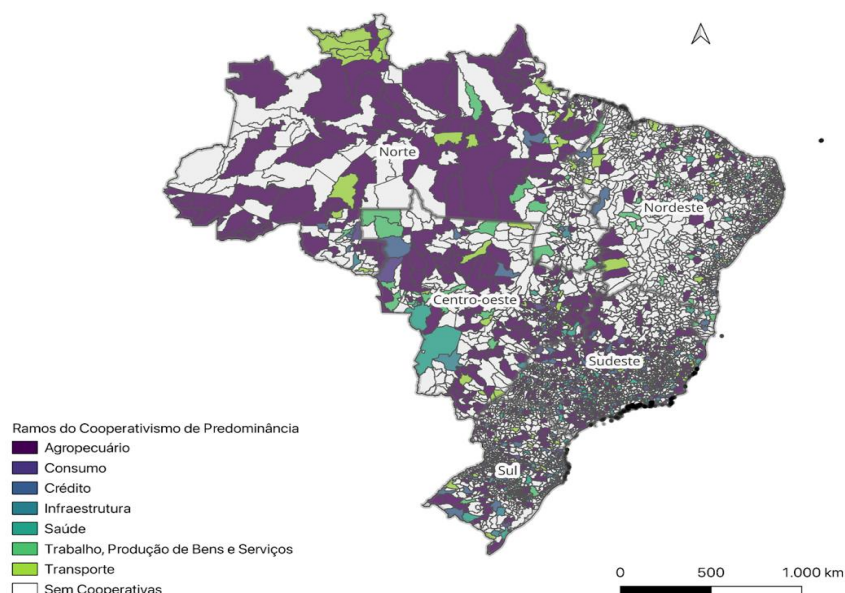
distribuição capilar em praticamente todas as regiões, com maior densidade no Sul e no Sudeste, refletindo tanto a expansão recente das cooperativas financeiras quanto sua capacidade de atuação multissetorial. Já o ramo trabalho/serviços apresenta maior presença no Nordeste e em áreas urbanizadas do Sudeste, alinhando-se às dinâmicas de economia solidária, reciclagem, serviços urbanos e arranjos laborais coletivos. O ramo da saúde, por sua vez, concentra-se em polos urbanos mais desenvolvidos, acompanhando a estrutura hospitalar e de serviços médicos de maior complexidade.

O conjunto revela que a territorialidade do cooperativismo não é homogênea, mas responde às vocações econômicas regionais e às condições socioinstitucionais que moldam cada ramo, o que também contribui para explicar a distribuição temática observada na produção científica analisada no 8º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC).

Além disso, o espalhamento das cooperativas em áreas interioranas materializa o processo contínuo de territorialização discutido por Haesbaert (2006; 2007) e as formas de controle e influência sobre o espaço destacadas por Sack (2011 [1986]), na medida em que as cooperativas configuram usos específicos do território e criam redes de pertencimento que fortalecem as capacidades locais de desenvolvimento. Ao considerar a necessidade de ação coletiva destacada por Sztompka (2005), observa-se que o cooperativismo opera como mecanismo de agência social estruturada, especialmente relevante em municípios menos populosos, onde a cooperação se apresenta como alternativa organizacional capaz de ampliar oportunidades econômicas, fortalecer vínculos comunitários e sustentar dinâmicas de desenvolvimento.



Figura 2 - Distribuição do cooperativismo no Brasil - por Ramo (2024)



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados disponibilizados pela OCB (2025).

A análise dos estudos sobre o cooperativismo, bem como das temáticas dos artigos apresentados no 8º EBPC, realizado em outubro de 2025, evidencia tendências consolidadas, emergentes e lacunas de pesquisa no campo científico do cooperativismo brasileiro. A partir da categorização de todos os trabalhos apresentados e do cálculo da incidência percentual por temática, foi possível elaborar uma leitura interpretativa que articula as dimensões teóricas, organizacionais, territoriais e sociopolíticas do movimento cooperativo.

Os resultados demonstram uma clara concentração de estudos em três temas principais: (i) impactos locais e regionais das cooperativas (11,71%); (ii) governança cooperativa e responsabilidade social (11,71%); (iii) gênero (9,91%). Esse conjunto corresponde a aproximadamente um terço da produção do evento, evidenciando que a agenda de pesquisa sobre cooperativismo apresenta forte orientação para debates territoriais e institucionais (Gráfico 2).

A predominância de análises sobre impactos territoriais reforça a centralidade do cooperativismo como agente de desenvolvimento regional, tema recorrente na literatura brasileira, especialmente após a ampliação de estudos sobre capital social, dinamização econômica e redes socioprodutivas. Da mesma forma, a elevada incidência de trabalhos sobre governança e responsabilidade social aponta para a



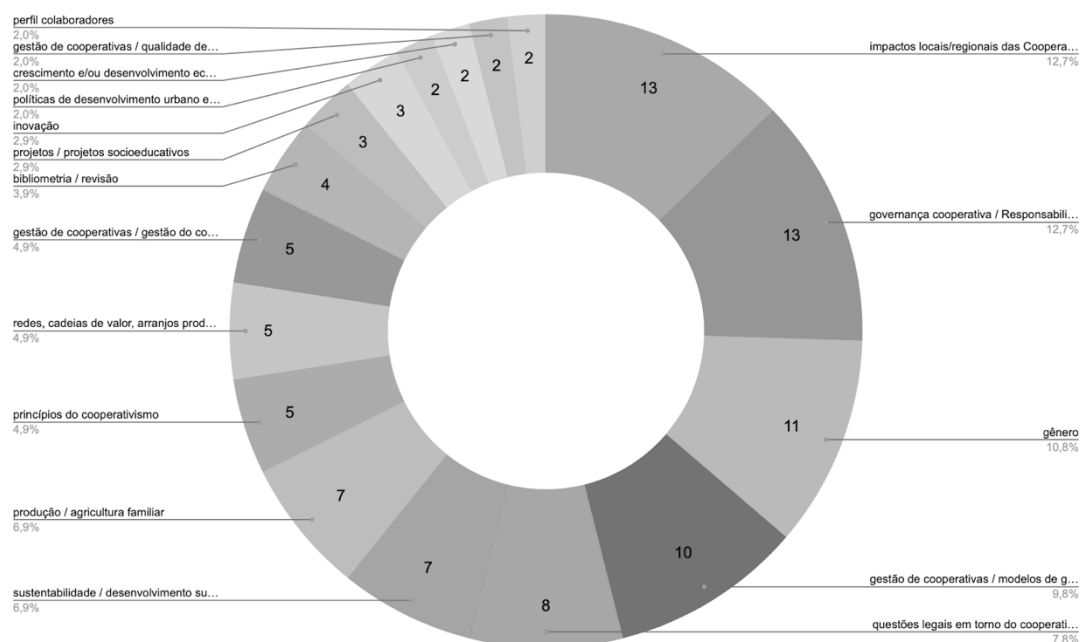
consolidação de preocupações normativas, éticas e de compliance, acompanhando mudanças no marco regulatório do Sistema Nacional de Cooperativas e a crescente importância da transparência institucional.

A notória presença da temática de gênero, especialmente no que se refere à participação das mulheres no cooperativismo, evidencia o amadurecimento de abordagens críticas e inclusivas no campo dos estudos cooperativistas. Tal movimento sugere que o EBPC tem se consolidado como um espaço de emergência e difusão de perspectivas interseccionais, historicamente pouco exploradas na tradição da pesquisa cooperativista. Além disso, a relevância atribuída às questões legais relacionadas ao cooperativismo reflete, em grande medida, a forte predominância de estudos voltados aos ramos de crédito e agropecuário, segmentos caracterizados por ambientes regulatórios consolidados, ampla normatização e elevada institucionalização. Esses padrões temáticos indicam a articulação entre agendas emergentes e campos regulatórios já estabelecidos, revelando tanto a diversificação quanto a especialização da produção científica apresentada no evento (Gráfico 2).

A soma de temáticas relacionadas à gestão, modelos de gestão, ferramentas de gestão, cultura organizacional, gestão do conhecimento, recursos humanos, treinamentos e bem-estar laboral corresponde a cerca de 15% dos trabalhos apresentados. Embora menos proeminentes do que as discussões territoriais, esses temas revelam a importância contínua da profissionalização da gestão cooperativa, especialmente no contexto da expansão do cooperativismo de crédito e dos desafios de digitalização e de conformidade regulatória.



Gráfico 2 - Temáticas Abordadas nos Trabalhos Publicados nos Anais do 8º EBPC (2025)



Fonte:

elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa (2025).

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável (6,31%), juntamente com estudos sobre produção e agricultura familiar (6,31%) e sobre redes, cadeias de valor e arranjos produtivos locais (4,50%), compõem um conjunto de temáticas recorrentes e historicamente estruturantes do campo. Essas pesquisas reforçam o papel do cooperativismo na articulação entre o desenvolvimento rural e as práticas sustentáveis, evidenciando a predominância do cooperativismo agrícola e agroindustrial na matriz acadêmica brasileira.

Temas como ESG, ODS, participação digital e assembleias digitais, economia solidária, análise de crédito, relacionamento com associados, marketing e produtos financeiros apresentam incidências inferiores a 1%. Essa baixa frequência pode ser interpretada de duas formas complementares: (i) como lacunas de pesquisa, evidenciando que determinados debates contemporâneos, especialmente ESG, ODS e transformação digital, ainda não se consolidaram como objetos centrais da pesquisa cooperativista; (ii) como áreas emergentes, com potencial de expansão devido à pressão institucional por práticas sustentáveis, inovação tecnológica e modernização dos processos de governança.



A baixa presença de estudos sobre ESG e ODS indica um descompasso entre a incorporação institucional dessas agendas pelas cooperativas e sua consolidação enquanto objeto científico. Isso sugere que parte das transformações organizacionais em curso ainda não foi plenamente apropriada pela comunidade acadêmica especializada.

Os temas relacionados às políticas de desenvolvimento urbano e regional (1,80%) e ao crescimento econômico (1,80%) apresentam baixa representatividade. Esse dado demonstra que, embora haja abertura para debates territoriais, estes permanecem majoritariamente vinculados ao desenvolvimento rural e agrícola. A urbanização do cooperativismo, especialmente as cooperativas de crédito, consumo, saúde, trabalho e serviços, ainda é pouco explorada, constituindo uma lacuna significativa e uma oportunidade de fortalecer agendas interdisciplinares entre planejamento urbano, governança territorial e economia cooperativa.

Os dados nos permitem visualizar: (i) o predomínio de poucas temáticas centrais, que evidencia a concentração em impactos territoriais, governança e gênero; (ii) a dispersão de temas secundários, que destaca a presença de muitos assuntos com incidência inferior a 5%; (iii) a organização temática em blocos amplos, onde se destacam as categorias “governança e responsabilidade social”, “gestão e organização” e “território e desenvolvimento”, confirmando que a estrutura macro da produção científica tende a se concentrar em três eixos de análise.

Ao correlacionar estes dados das publicações do EBPC (2025) com estudos bibliométricos recentes realizados por Staloch et al. (2025) se verifica que a correlação entre a produção bibliométrica indexada (Revista de Gestão e Organizações Cooperativas - RGC - e banco de teses/dissertações do PPGCOOP da PUCPR) e a produção apresentada no 8º EBPC (2025), o que permite identificar tanto coerências estruturais na agenda de pesquisa em cooperativismo quanto lacunas e vetores emergentes. O estudo bibliométrico de Staloch et al. (2025) apresentou distribuição temática consolidada por período (2014-2023) e revelou predominância da temática gestão de cooperativas (41,67% na RGC) e presença relevante de princípios cooperativistas, impacto territorial e governança.

A tabulação do EBPC (2025) mostrou maior diversidade temática, com maior incidência relativa para “impactos locais/regionais” e “governança”, além de destaque



considerável para “gênero”. Quanto às discrepâncias, pode-se observar que o EBPC incorpora temas emergentes, enquanto as publicações da RGC e as produções do PPGCOOP apresentam menor diversidade temática.

Com base nos dados elencados há lacunas e oportunidades evidenciadas nas seguintes dimensões: (i) transformação digital e participação digital, onde ambos os recortes mostram baixa incidência; (ii) produtos e soluções financeiras, marketing e relacionamento, os quais são relativamente negligenciados em ambos os recortes, apesar da relevância prática para cooperativas de crédito; (iii) interseção gênero × governança × desempenho, onde o EBPC traz maior atenção a gênero; a produção indexada ainda apresenta isto de forma minoritária, evidenciando campo fértil para investigação sobre impacto de diversidade em conselhos, desempenho e coesão social. Ainda, nota-se ausência de pesquisas com foco direto nos princípios do cooperativismo, evidenciando o que Von Der Osten et al. (2024) demonstraram sobre a negligência sobre alguns dos princípios, a exemplo, do Interesse pela Comunidade, o que pode relacionar-se com ausência de instrumentos claros de mensuração, confusão conceitual entre este princípio e práticas genéricas de responsabilidade social corporativa (RSC), sendo que esta temática aparece em alguns trabalhos, e resistência gerencial à integração do princípio aos objetivos e à estratégia organizacional.

A análise das instituições de afiliação dos autores que publicaram no EBPC 2025 (Quadro 1) revela um panorama abrangente e diversificado da produção científica sobre cooperativismo no Brasil. Essa distribuição institucional evidencia tanto a maturidade do campo quanto a sua consolidação em universidades públicas, centros especializados em cooperativismo e instituições de pesquisa aplicada. A distribuição regional das instituições não representa apenas localização geográfica da pesquisa, mas evidencia diferentes matrizes epistemológicas e agendas de investigação associadas às dinâmicas cooperativas regionais



Quadro 1 - Correlação Entre Instituições de Afiliação dos Pesquisadores por Região Brasileira e Percentual de Trabalhos Publicados no 8º EBPC (2025)

Região	Instituições Identificadas	% aproximado das publicações no EBPC	Temáticas Predominantes
Sul	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Escola Superior do Cooperativismo (ESCOOP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Instituto Federal de Farroupilha (IF Farroupilha) e Centro de Ensino Superior Riograndense (CESURG)	45–50%	Forte predominância em governança (formal e transformacional), gestão de cooperativas, desempenho (econômico e social), inovação, projetos socioeducativos, agricultura familiar, desenvolvimento territorial, e temas emergentes como gênero e diversidade. Tendência a estudos aplicados e análises multicritério.
Sudeste	Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fundação Dom Cabral (FDC), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	25–30%	Ênfase em governança e gestão estratégica, cooperativismo de crédito, liderança, eficiência econômica, indicadores contábeis e financeiros, além de estudos sobre participação política, institucionalidade e teoria social aplicada ao cooperativismo.
Nordeste	Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	15–18%	Predomínio de pesquisas sobre agricultura familiar, economia solidária, gênero, inclusão social, interseccionalidade, catadores e redes de reciclagem, desenvolvimento rural e impactos sociais em territórios vulneráveis. Abordagens com forte foco sociopolítico e comunitário.
Centro-Oeste	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	5–7%	Estudos voltados ao desenvolvimento territorial, à governança no agro, às cadeias produtivas rurais, à gestão de propriedades familiares e à análise





			de impactos econômico-produtivos das cooperativas.
Norte	Universidade Federal do Acre (UFAC)	2–3%	Pesquisas concentradas na Amazônia, na sustentabilidade, nos recursos naturais, na bioeconomia, no cooperativismo mineral e nos impactos territoriais de comunidades rurais e extrativistas.

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa (2025).

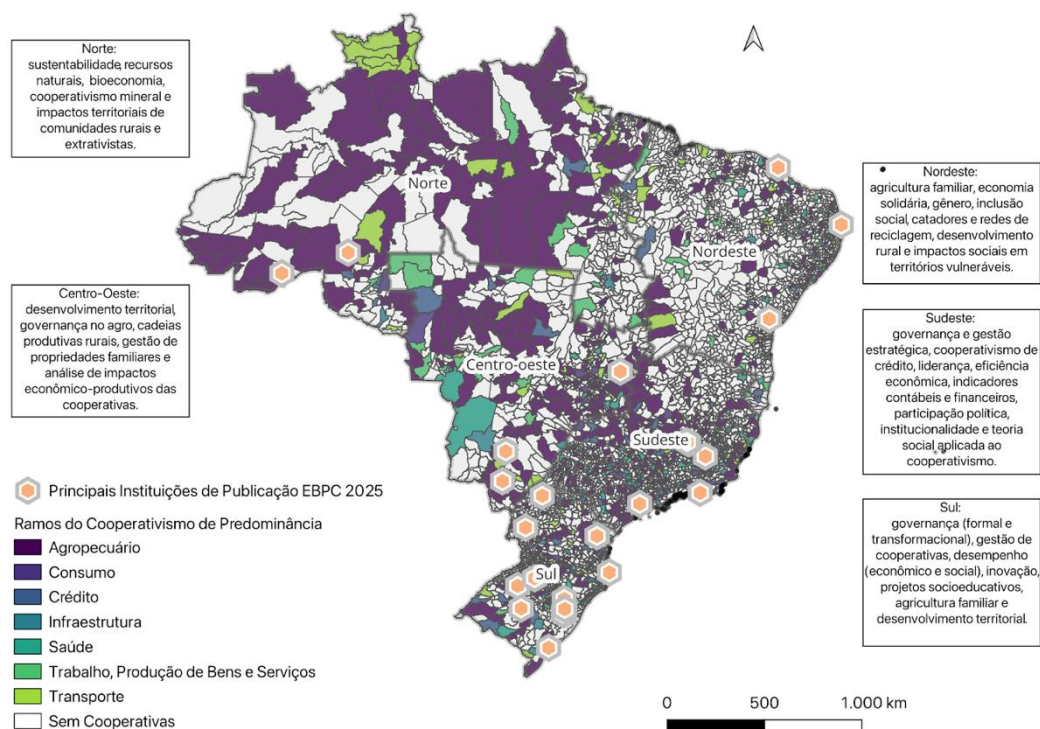
A sobreposição dos dados contemplados no mapa dos ramos predominantes por município no Brasil (Figura 2) e os dados de afiliação institucional dos autores do 8º EBPC e os estudos desenvolvidos nos trabalhos (Quadro 1), revela fortes correlações territoriais e temáticas que ajudam a compreender a dinâmica espacial da produção científica em cooperativismo, as quais podem ser visualizadas na Figura 3.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV), tradicional em ciências agrárias e gestão, concentra artigos sobre gestão cooperativa, desempenho, governança e sucessão. Já a Universidade de Santa Maria (UFSM) apresenta forte presença em educação cooperativista, governança e projetos socioeducativos. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) concentram trabalhos sobre agricultura familiar, gênero e economia solidária e a Escola Superior do Cooperativismo (ESCOOP) foca em gestão, governança e práticas organizacionais no cooperativismo.

Os resultados indicam que a produção científica em cooperativismo no Brasil é fortemente territorializada, ou seja: (i) onde o cooperativismo é economicamente estruturado, surgem pesquisas de centros acadêmicos especializados (Sul e Sudeste); (ii) onde o cooperativismo é mais orientado à economia solidária, surgem pesquisas sobre inclusão, gênero e agricultura familiar (Nordeste); (iii) onde há temas críticos e emergentes, surgem pesquisas sobre Amazônia, mineração, sustentabilidade (Norte); e (iv) onde o agronegócio é dominante, pesquisa em governança, desempenho e cadeias produtivas (Centro-Oeste e parte do Sudeste). Isso significa que a pesquisa acadêmica em cooperativismo no Brasil não é

homogênea e sim, ela reflete os sistemas cooperativos locais, suas demandas, sua história e suas vocações econômicas.

Figura 3 - Ramos Predominantes do Cooperativismo (2024) e Produção Científica em Destaque no 8º EBPC (2025)



Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa, Banco Central do Brasil e OCB (2025).

Ao analisar a distribuição dos artigos por ramo de estudo se verifica que o cooperativismo de crédito predomina na produção acadêmica, com 41,1% da produção, o que pode evidenciar maior disponibilidade de dados, amadurecimento regulatório, forte interesse em desempenho e governança e presença institucional dos grandes sistemas nacionais. O ramo agropecuário é o segundo maior polo científico no 8º EBPC, com 28,6%, e confirma um legado histórico, a relevância da agricultura familiar, pesquisas com forte vínculo territorial e interesse por temas sociais (gênero, sucessão). A análise dos artigos apresentados no 8º EBPC evidencia um campo científico fortemente concentrado nos ramos de crédito e agropecuário, que, juntos, representam cerca de 70% da produção.

O ramo de crédito destaca-se como o eixo dominante (41,1%), com estudos voltados para governança, liderança, sucessão, desempenho financeiro, regulação e

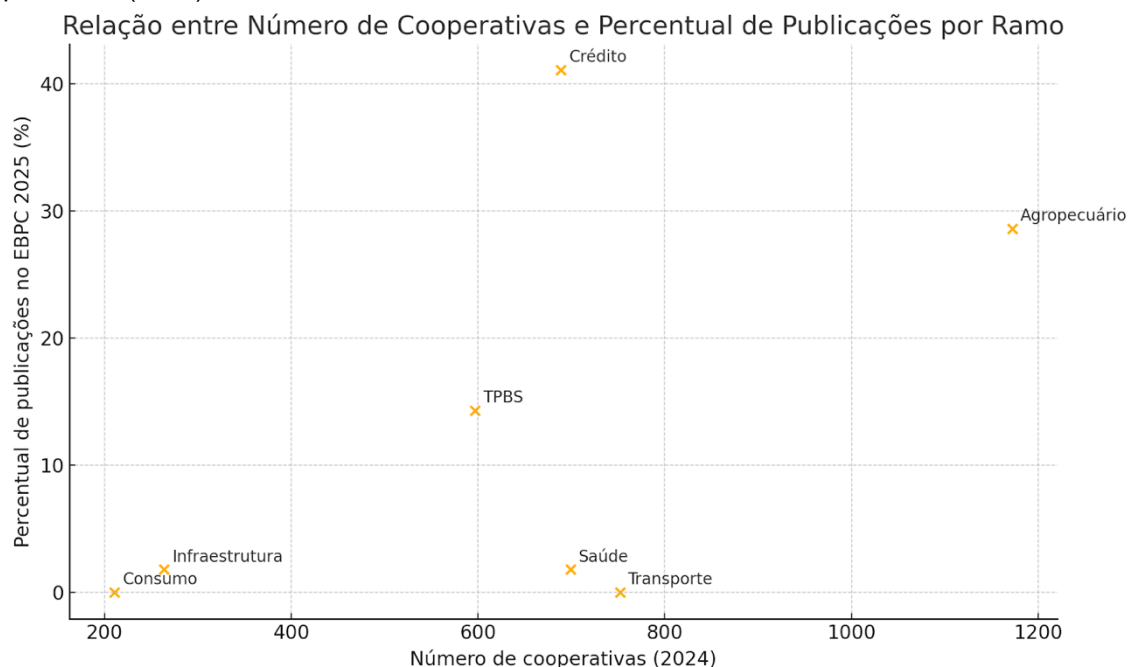


transformação digital, o que reflete a maturidade institucional e a forte base regulatória das cooperativas financeiras. O ramo agropecuário (28,6%) mantém centralidade histórica, abrangendo desde temas tradicionais, como agricultura familiar e sucessão rural, até abordagens emergentes de inovação, bioeconomia e interseccionalidade.

O ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços (14,3%) destaca-se em pesquisas sobre cooperativismo mineral e economia solidária, revelando dinâmicas recentes de formalização, governança e impactos socioeconômicos. Paralelamente, temas transversais, legislação, identidade cooperativa, gênero e diversidade, educação e políticas públicas somam 30,4% da produção, indicando uma diversificação crescente da agenda de pesquisa. A baixa incidência de trabalhos sobre ramos como saúde, infraestrutura, transporte, consumo e habitação evidencia lacunas relevantes na literatura. No conjunto, a distribuição temática mostra que a produção científica em cooperativismo permanece ancorada nos setores mais institucionalizados e regulados, ao mesmo tempo em que aponta margens claras para expansão, especialmente em áreas emergentes relacionadas à sustentabilidade, à inovação e à inclusão social.

A comparação entre o número de cooperativas por ramo e a distribuição das publicações no 8º EBPC revela que a produção científica em cooperativismo no Brasil não segue proporcionalmente o tamanho dos ramos, mas sugere à sua maturidade institucional, disponibilidade de dados, relevância social e grau de inserção territorial (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Relação entre Número de Cooperativas (2024) e Percentual de Publicações no 8º EBPC - por Ramo (2025)



Fonte:

elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa (2025).

O ramo de crédito, embora não seja o maior em número de cooperativas, concentra 41,1% das publicações. A predominância do cooperativismo de crédito sugere não apenas maior disponibilidade de dados e maturidade regulatória, mas também uma assimetria epistemológica no campo científico do cooperativismo brasileiro. Tal concentração tende a privilegiar abordagens gerenciais e financeiras em detrimento de investigações sobre práticas comunitárias, economia solidária e participação social em cooperativas de menor institucionalização. O ramo agropecuário, maior em termos estruturais, mantém presença científica compatível (28,6%), sustentada pela tradição de pesquisas em agricultura familiar, desenvolvimento territorial e sustentabilidade. Já o ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços (TPBS) apresenta participação científica superior ao seu peso organizacional, impulsionado por temáticas sociais emergentes, como economia solidária, cooperativismo mineral e inclusão.

Em contraste, ramos como saúde, transporte, consumo e infraestrutura, apesar de sua relevância territorial, permanecem sub-representados no 8º EBPC, indicando lacunas no campo científico. Esses resultados reforçam que a produção científica em cooperativismo é seletiva e orientada tanto por fatores institucionais quanto por



agendas sociais contemporâneas, evidenciando articulações e assimetrias entre a estrutura do sistema cooperativista e sua representação no campo acadêmico.

5 CONCLUSÕES

Os resultados mostram que a produção científica do 8º EBPC concentra-se nos ramos do crédito e agropecuário, embora surjam novas frentes investigativas, como cooperativismo mineral, diversidade e economia solidária, e temas transversais relacionados à governança, identidade, educação e gênero. Três eixos estruturam a agenda contemporânea de pesquisa: i) desenvolvimento territorial; ii) gestão e governança; e iii) temáticas sociais emergentes. Persistem, entretanto, lacunas relevantes em áreas estratégicas como ESG, ODS, transformação digital, participação digital e cooperativismo urbano, indicando que debates essenciais ao futuro do setor ainda não se consolidaram no núcleo central da produção.

A correlação entre o levantamento bibliométrico de Staloch et al. (2025) e a análise dos artigos do 8º EBPC confirma a centralidade da gestão e da governança, mas revela maior diversidade temática no evento, especialmente em gênero, inclusão e dinâmicas sociais emergentes. Em ambos os conjuntos, temas institucionais contemporâneos, como ESG, inovação digital e produtos financeiros cooperativos, seguem sub-representados.

A territorialização da produção é marcante: universidades situadas em regiões com forte presença cooperativa (como UFV, UFSM, UFRB, UFC e ESCOOP) assumem protagonismo em pautas alinhadas às vocações regionais, variando entre governança, educação cooperativista, agricultura familiar, inclusão e sustentabilidade. Essa territorialização da produção científica evidencia que o conhecimento sobre cooperativismo não se distribui aleatoriamente no espaço nacional, mas acompanha estruturas econômicas regionais e capacidades institucionais locais. Assim, as agendas acadêmicas reproduzem, em certa medida, as especializações produtivas e os padrões históricos de desenvolvimento regional.

Conclui-se que a análise da produção científica sobre cooperativismo não se distribui de forma neutra no território, mas acompanha estruturas produtivas regionais, capacidades institucionais e comunidades epistêmicas específicas. Assim, o



cooperativismo configura-se não apenas como objeto de pesquisa, mas como campo territorializado de circulação, legitimação e produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Sur le nouveau coopérativisme de crédit au Brésil. **Revue internationale de l'économie sociale**, v. 308, p. 70–76, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/1021173ar> Acesso em set. de 2025.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2007.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez. 1971.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, n. 1, p. 99–120, 1991.

BEAUBIEN, L.; RIXON, D. Key Performance Indicators in Cooperatives: Directions and Principles. **International Journal of Productivity and Performance Management**, v. 63, n.3, p. 356–376, 2014.

BIRCHALL, J. People-centred businesses: Co-operatives, mutuals and the idea of membership. **Basingstoke: Palgrave Macmillan**, 2011.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (ed.) **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Nova York: Greenwood, 1985.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, Lisboa, v. 1, n. 215, p. 304-328, 2015.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: Método SSF. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

FONTES FILHO, J. R. O conceito e a prática de governança corporativa. In: FERREIRA VENTURA, E.C.; FONTES FILHO, J. R.; SOARES, M. M.; **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2009.



GUZMÁN, C.; SANTOS, F. J.; BARROSO, M. de la O. *Analysing the links between cooperative principles, entrepreneurial orientation and performance*. **Small Business Economics**, v. 55, n. 4, p. 1075–1089, 2020.

GONZALEZ, L.; MOSER, R. M. B. *Green microfinance: the case of the Cresol System in Southern Brazil*. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 1039-1058, 2015.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender desterritorialização. In: SANTOS, M. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MAGRI, C.A. A formação como instrumento de fortalecimento do cooperativismo. In: MAGRI, C.A.; RISSON, C.; FLACH, A.A.B.; GABRIEL JUNIOR, E. **Cooperativismo de crédito solidário: reflexões e boas práticas**. Passo Fundo: IFIBE, 2010.

MEINEN, E. **Cooperativismo financeiro na década de 2020: sem filtros**. 2.ed. Brasília, DF: Confebras, 2023.

MORAES SILVA, E. A.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 22, n. 2, p. 232-262, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PAULI, J.; ROSENFELD, C. A função do dinheiro: uma análise das estratégias dos mediadores em um sistema de crédito cooperativo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 171-188, jan. 2017.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 5. ed. Brasília: BCB, 2007.

PUGLIOLI, A. C.; WINTER, L. A. C. A globalização, as transnacionais, o Pacto Global, o Compliance e a Pandemia do Covid-19 no Brasil. **Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 8-35, jul./dez. 2021.

PUTNAM, R. D. **Making democracy work: civic tradition in modern Italy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.



RIZZI, D. I.; MAZZIONI, S.; POLI, O. L.; MOURA, G. D. de. O modelo da hélice tríplice: produção intelectual em periódicos nacionais e internacionais. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 110-132, maio 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2018v11n2p110/36889>>. Acesso em: jul. de 2025.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SESCOOP. **Compêndio de boas práticas de gestão e governança - Ciclo 2022-2023**. 2023. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/publicacoes-esg/compendio-de-boas-praticas-de-governanca-e-gestao>. Acesso em: 6 jul. 2024.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, M. R.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I.. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 1, p. 110-129, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v2i1p110-129>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

STALOCH, R.; ROCHA, I. O. Cinco primaveras de discussões e reflexões da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional-RBDR. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 7, p. 211-228, 2019.

STALOCH, R.; ROCHA, I. O. Produção e disseminação de conhecimento: as temáticas abordadas em 19 anos da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e



Regionais (RBEUR). **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, p. 34-50, 2019.

STALOCH, R.; FREDER, S. M.; PROKOPIUK, M.. Impacto do cooperativismo no desenvolvimento territorial: lacunas e oportunidades para esg e ods. **Anais do XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Sessão Temática)**. Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/122261>. Acesso em: 01 de outubro de 2025.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VON DER OSTEN, F. L.; MARTINS, T. S.; DONG, H.; BAILEY, A. R. What does the 7th cooperative principle (concern for community) really mean? **Management Review Quarterly**, p. 1–26, 2024.



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)